

Demonstrações Financeiras

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstração do fluxo de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Matrinchã Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Matrinchã Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração do ativo de contrato

Conforme divulgado na Nota 4.a às demonstrações financeiras, a Companhia avalia que, mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo do ativo de contrato da Companhia é de 2.807.463mil.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada, ou inexistência de margens de lucro esperada, em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; ii) análise da existência ou não de margem nos contratos; iii) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; iv) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; e v) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo de contrato e da receita de construção e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações financeiras da Matrinchã Transmissora de Energia S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 10 de março de 2021 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Como parte de nossa auditoria das demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2021, não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, portanto, não expressamos opinião ou qualquer outra forma de assecuração sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

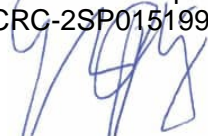
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020	Passivo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	96.346	43.307	Fornecedores		3.279	34.459
Contas a receber	8	24.331	24.247	Empréstimos e financiamentos	13	62.087	59.626
Impostos a recuperar		4.259	1.362	Debêntures	14	29.725	20.515
Almoxarifado	11	25.938	24.444	Salários e encargos		915	864
Caixa Restrito	10	3.986	2.892	Impostos e contribuições sociais	12	3.657	2.781
Ativo de contrato	9	196.659	165.984	IRPJ e CSLL a recolher	16	2.992	259
Outros ativos		15.909	9.235	Dividendos a pagar		22.561	64.032
		367.428	271.471	Outros passivos		2.964	3.681
						128.180	186.217
Não circulante				Não circulante			
Caixa Restrito	10	43.969	40.157	Empréstimos e financiamentos	13	343.464	403.938
Ativo de contrato	9	2.610.804	2.613.718	Debêntures	14	342.061	208.475
Imobilizado		2.267	867	Provisão para Contingências	15	1.689	1.962
Intangível		179	179	IRPJ e CSLL diferidos	16	280.939	244.737
		2.657.219	2.654.921			968.153	859.112
				Patrimônio líquido			
				Capital social	17.a	1.508.073	1.508.073
				Reserva legal	17.b	31.046	26.296
				Reserva de incentivos fiscais	17.c	30.370	22.082
				Reserva de lucros retidos	17.e	358.825	324.612
						1.928.314	1.881.063
		3.024.647	2.926.392			3.024.647	2.926.392

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Matrinhã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	18	241.811	398.209
Custo de construção	19	-	(141.591)
Custo de operação e manutenção - O&M	20	(21.656)	(20.452)
Reversão de provisão		-	8.893
Lucro bruto		220.155	245.059
Despesas operacionais			
Pessoal	21	(2.789)	(3.792)
Serviços de terceiros	21	(2.509)	(4.402)
Outras receitas	21	3.871	1.561
Outras despesas	21	(1.258)	(1.012)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e impostos		217.470	237.414
Receitas financeiras	22	6.052	3.180
Despesas financeiras	22	(89.332)	(74.344)
Resultado financeiro (líquido)		(83.280)	(71.164)
Resultado antes da tributação		134.190	166.250
Imposto de renda e contribuição social - corrente		(7.837)	(4.799)
Imposto de renda e contribuição social - diferido		(31.357)	(49.192)
Lucro líquido do exercício		94.996	112.259

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido do exercício	94.996	112.259
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultado abrangente do exercício	<u>94.996</u>	<u>112.259</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros					Total
	Capital social	Legal	Reserva de incentivos fiscais	Lucros retidos	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.508.073	20.683	12.849	228.677	-	1.770.282
Reversão de dividendos não reclamados	-	-	-	25.184	-	25.184
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	112.259	112.259
Constituição de reserva legal	-	5.613	-	-	(5.613)	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	9.233	-	(9.233)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(26.662)	(26.662)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	70.751	(70.751)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.508.073	26.296	22.082	324.612	-	1.881.063
Reversão de dividendos não reclamados	-	-	-	(25.184)	-	(25.184)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	94.996	94.996
Constituição de reserva legal	-	4.750	-	-	(4.750)	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	8.288	-	(8.288)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(22.561)	(22.561)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	59.397	(59.397)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.508.073	31.046	30.370	358.825	-	1.928.314

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Matrinhã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	134.190	166.250
Ajuste para:		
Remuneração do ativo de contrato	(191.835)	(183.737)
Receita/margem de construção	-	-
Depreciação	251	132
Despesas de juros de empréstimos e debêntures e custos	84.459	59.588
Provisão contingência	(245)	1.168
Atualização de impostos a recuperar	(111)	(816)
(Aumento)/redução nos ativos e aumento (redução) nos passivos operacionais		
Contas a receber	(84)	(5.686)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	(2.786)	23.135
Outros ativos	(8.167)	(1.937)
Ativo de contrato	164.074	(25.066)
Fornecedores	(31.180)	22.140
Salários e encargos	51	262
Impostos e contribuições sociais	876	999
Pagamento de Imposto de renda e contribuição social	(259)	(5.912)
Contingência a pagar	(28)	-
Outros passivos	(719)	(2.176)
Disponibilidade proveniente das atividades operacionais	148.487	48.344
Pagamento de juros - empréstimos e debêntures	(50.255)	(33.534)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(2.094)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	98.232	12.716
Fluxo de caixa da atividade de investimento		
Caixa restrito	(4.906)	(7.933)
Aquisição de Imobilizado	(1.651)	(5.788)
Intangível	-	(37)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimentos	(6.557)	(13.758)
Fluxo de caixa da atividade de financiamento		
Recebimento debêntures	127.886	-
Recebimento BNDES	1.565	-
Pagamento de principal - empréstimos e debêntures	(78.871)	(40.944)
Pagamento de dividendos	(89.216)	-
Fluxo de caixa líquido (aplicado) das atividades de financiamento	(38.636)	(40.944)
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	53.039	(41.986)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	43.307	85.293
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	96.346	43.307
Aumento (Redução) do caixa e equivalente de caixa	53.039	(41.986)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. ("Companhia"), Companhia privada, de capital fechado, foi constituída em 14 de março de 2012 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 12º andar, Centro, no Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia foi criada pela State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH"), e pela Copel Geração e Transmissão S.A. ("COPEL GeT"), para atuar na concessão do Lote A objeto do Leilão de Transmissão ANEEL nº 012/2012 ("Leilão"), realizado pela ANEEL.

a) Da concessão

A Companhia foi constituída a partir do Consórcio Matrinchã que foi o vencedor do Lote A do Leilão de Transmissão nº 012/2012, realizado pela ANEEL em 09 de março de 2012. O Lote A é composto por três linhas de transmissão, com total de 1.005 KM de extensão, e por três subestações. Todas as instalações são no Estado do Mato Grosso.

O Contrato de Concessão nº 012/2012 foi assinado em 10/05/2012, com vigência até 10/05/2042, para a construção e operação das linhas de transmissão Paranaíta - Cláudia - Paranatinga - Ribeirãozinho e das Subestações Paranaíta, Cláudia e Paranatinga.

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica é celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) e regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, estabelecendo (i) quais os serviços que o operador deve prestar e (ii) os padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização.

A remuneração é regulada através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela receita anual permitida (RAP), parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador, com fator de reajuste anual pelo IPCA em 1º de julho de cada ano. Além disso, há previsão contratual para revisão tarifária no 5º, 10º e 15º anos de vigência a partir da data de assinatura do contrato. A RAP vencedora do Leilão de Transmissão de R\$ 126.420 mil, teve acréscimos oriundos de escopos adicionais aprovados mediante as resoluções autorizativas da ANEEL (REA) nº 5050/2015, 5456/2015, 7173/2018 2895/2021 além de ser reajustada de tempos em tempos tendo sido o último reajuste em julho de 2021 quando a RAP teve reajuste de aproximadamente 8% e chegou, incluindo os reforços, a R\$ 235.425 mil. O

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

montante da RAP recebido no exercício de 2021 foi de R\$ 246.625 mil.

a) Da concessão--Continuação

Em outubro de 2015 foram concluídas as obras do ramal que liga a subestação de Claudia até a subestação de Sinop, operada pela Eletronorte, permitindo o início do escoamento da energia produzida na Usina Hidrelétrica (UHE) de Teles Pires, desde a subestação de Paranaíta até a subestação de Claudia e até a subestação de Sinop, conforme REA 5050 de 27 de janeiro de 2015 da ANEEL.

Em 23 de janeiro de 2018, a Companhia recebeu do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o Termo de Liberação Definitivo (TLD) com o indicativo de Operação Comercial Definitivo em 08 de dezembro de 2017, desta forma, encontrando-se apta a receber a RAP em sua integralidade.

Em Agosto de 2020 foram concluídas as obras do Novo Ramal Sinop (REA 7173/2018) e em 04 de setembro de 2020, a Companhia recebeu do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o Termo de Liberação Definitivo (TLD) com o indicativo de Operação Comercial Definitivo em 28 de Agosto de 2020.

b) Regime especial de incentivos para o desenvolvimento da infraestrutura (REIDI)

A Companhia, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), que concede o benefício fiscal da suspensão da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

c) Licenciamento Ambiental

A Companhia teve sua Licença de Operação (LO), expedida pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA/MT), do Governo do Estado de Mato Grosso, em 29 de julho de 2016, sob número 313167/2016, emitida sem ressalvas. No dia 25 de novembro de 2020 foi emitida e renovação da LO, com validade de cinco anos, ou seja, 25 de novembro de 2025. Todas as condicionantes listadas nesta Licença de Operação e sua renovação estão sendo cumpridas conforme o previsto.

Durante o ano de 2021 a MTE seguiu com o cumprimento das condicionantes da Licença de Operação renovada. Em novembro de 2021 a concessionária assinou junto à SEMA o terceiro termo aditivo ao compromisso de compensação ambiental, definindo os termos de depósito do saldo da compensação. O depósito foi realizado em dezembro de 2021 em

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

conta informada pelo órgão licenciador, tendo sido então cumprido o compromisso da concessionária.

d) Efeitos da pandemia de Covid-19 causada pelo Coronavírus (SARS-COV-2)

i) *Contexto geral*

A rápida disseminação do vírus SARS-COV-2, comumente chamado de Coronavírus e da doença a ele correlacionada, a COVID-19, cujos primeiros diagnósticos ocorreram em dezembro de 2019, levou a Organização Mundial da Saúde (OMS) a declarar, em 11 de março de 2020, a doença como uma pandemia global, conduzindo os governos de praticamente todos os países a implementarem medidas de afastamento social de suas populações para conter a velocidade de contágio. Tais medidas levaram a uma recessão econômica em escala mundial, devido principalmente à interrupção das cadeias de suprimento e à interrupção de atividades em diversos setores da economia, consequentemente causando volatilidade nos preços de ativos, nas taxas de câmbio e nos juros.

Em resposta aos efeitos da desaceleração econômica, os governos anunciaram pacotes de estímulos econômicos e alívio humanitário para minimizar o impacto inicial da COVID-19, permitindo a superação da recessão econômica.

ii) *Ações implementadas pelo Governo Brasileiro e pela ANEEL*

No Brasil, o governo federal tem centralizado as medidas de auxílio econômico e financeiro, por meio dos Poderes Executivo e Legislativo, bem como das Agências Reguladoras, visando apoiar as empresas dos diversos setores da economia na mitigação dos efeitos e na superação da crise econômica. Dentre os atos legislativos, cabe destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declarou o estado de calamidade pública permitindo ao governo a adoção de uma série de ações, bem como garantindo agilidade nos atos da administração pública.

A ANEEL tem evitado ações com alto impacto econômico ou que pressionem em demasia as tarifas pagas pelos consumidores finais de energia elétrica, pautando suas medidas pela necessidade de quantificação dos desequilíbrios financeiros e econômicos, na preservação dos contratos e na modicidade e estabilidade das tarifas no médio e longo prazo. Este viés da agência visa evitar a criação de um círculo vicioso de inadimplência e consequentemente um desequilíbrio dos contratos. A Nota Técnica nº 01/2020-GMSE/ANEEL traz a avaliação inicial dos efeitos da pandemia de COVID-19 no setor elétrico brasileiro, com apresentação de propostas a serem avaliadas, no curto e médio prazo, para seu enfrentamento.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

d) Efeitos da pandemia de Covid-19 causada pelo Coronavírus (SARS-COV-2)--Continuação

ii) *Ações implementadas pelo Governo Brasileiro e pela ANEEL*--Continuação

Por meio da análise dos índices de inadimplência das Companhias, é possível afirmar que a estratégia adotada pela ANEEL logrou êxito. As medidas de liquidez implementadas para a preservação do setor foram eficientes em atingir seu objetivo por terem sido direcionadas para o segmento de distribuição. Este segmento poderia expor o setor elétrico aos impactos da crise econômica por (i) se tratar do principal responsável pela geração de receita do setor elétrico, arcando com parcela relevante dos pagamentos dos segmentos de geração e transmissão e (ii) ter sido atingido pela redução de demanda no segmento de consumo, após fechamento de estabelecimentos industriais e comerciais e por um possível aumento da inadimplência, tendo em vista à crise econômica e à proibição temporária da suspensão de fornecimento para consumidores inadimplentes.

iii) *Medidas adotadas pela Companhia*

A Companhia tem sua atividade enquadrada no rol de atividades essenciais e, por isso, implementou uma série de medidas para manter a normalidade de suas operações, em linha com as recomendações dos órgãos governamentais e buscando preservar seus colaboradores, além de evitar a propagação da doença.

a) Ações com foco em suas atividades e pessoas

A Companhia definiu as principais ações adotadas para proteção e prevenção dos efeitos do COVID-19 nas subestações e linhas de transmissão em um Plano que foi divulgado entre seus funcionários e fornecedores. Dentre essas ações cabem destacar as seguintes:

- Elaboração e divulgação de plano com orientações gerais para a prevenção do contágio;
- Fornecimento de máscaras a todos os colaboradores, com instruções específicas para uso;
- Fornecimento de álcool em gel para todas as localidades;
- Fornecimento de luva para todas as localidades;
- Fornecimento de água e sabão para equipe de Linha de Transmissão em atividade;

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

d) Efeitos da pandemia de Covid-19 causada pelo Coronavírus (SARS-COV-2)--Continuação

iii) *Medidas adotadas pela Companhia*--Continuação

a) Ações com foco em suas atividades e pessoas--Continuação

- Medição diária de temperatura, controle de sintomas e acompanhamento do estado de saúde e vacinação;
- Realização de exames periódicos para diagnósticos do COVID-19;
- Revezamento das equipes para evitar aglomerações no local de trabalho;
- Utilização de banco de horas e férias individuais;
- Readequação das escalas de trabalho: As escalas de permanência em alojamento foram estendidas para 12 dias em alojamento seguidos por 12 dias de descanso como forma de reduzir a circulação de empregados, aumentar os períodos de isolamento e reduzir riscos de contaminação;
- Viagens exclusivamente para serviços inadiáveis e prementes e que expõem a operação a riscos bem como preventivas próximas as bases ou mais importantes;
- Disponibilização de declaração para livre circulação de colaboradores para os estritos fins de prestação do serviço essencial de transmissão de energia àqueles que impreterivelmente precisam se deslocar;
- Diálogo com os prestadores de serviço e fornecedores para acompanhar os procedimentos para prevenção do contágio pelo COVID-19;
- Envio de comunicados com orientações sobre a COVID-19 periodicamente;
- Redução de colaboradores autorizados a circular simultaneamente dentro do mesmo veículo da empresa e higienização interna dos automóveis;
- Redução do intervalo entre higienizações dos locais de trabalho e equipamentos utilizados;
- Restrição ao ingresso de terceiros nas instalações das empresas.

Para o escritório central no Rio de Janeiro foram adotadas as seguintes ações:

- Adoção do trabalho remoto (*home office*) a partir de 16/03/2020;
- Fornecimento de álcool em gel para todos os colaboradores e disponibilização em locais estratégicos do escritório;

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

d) Efeitos da pandemia de Covid-19 causada pelo Coronavírus (SARS-COV-2)--Continuação

iii) *Medidas adotadas pela Companhia*--Continuação

a) Ações com foco em suas atividades e pessoas--Continuação

- Redução do intervalo entre higienizações dos locais de trabalho e equipamentos utilizados;
- Medição diária de temperatura, controle de sintomas e acompanhamento do estado de saúde e vacinação
- Realização de reuniões internas e externas exclusivamente por via remota (videoconferência);
- Adoção da prática de reuniões por teleconferência entre os grupos de O&M e Administrativo/Financeiro com os diretores, para direcionamento das ações;
- Viagens restritas exclusivamente para serviços inadiáveis;
- Envio de comunicados com orientações sobre a COVID-19 periodicamente;
- Restrição ao trânsito de pessoas nas instalações das empresas.

b) Ações com foco econômico-financeiro

Considerando o cenário atípico atualmente vivenciado, com efeitos potencialmente imprevisíveis, não é possível precisar totalmente os impactos nas operações da Companhia no médio prazo. Ainda é preciso reconhecer que há certo grau de incerteza quanto aos efeitos da pandemia na economia e por quanto tempo esses efeitos irão perdurar. Porém, decorridos 21 meses do início das medidas de afastamento social, não há impacto relevante na geração de receita ou nos custos que importem em alteração significativa no acompanhamento orçamentário até a presente data.

A Companhia não enxerga qualquer sinal de anormalidade nas operações e não chegou ao seu conhecimento qualquer outro evento que possa ser interpretado como indicativo de que possa ter suas operações e/ou situação econômico-financeira impactada.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

d) Efeitos da pandemia de Covid-19 causada pelo Coronavírus (SARS-COV-2)--Continuação

iii) *Medidas adotadas pela Companhia*--Continuação

b) Ações com foco econômico-financeiro--Continuação

Para pautar suas ações, a administração da Companhia monitora os fluxos de caixa buscando identificar desvios considerados relevantes, por meio de revisões mensais das projeções e da inclusão do realizado no período. Caso seja necessário as premissas são ajustadas e testes de sensibilidade são realizados, incluindo, por exemplo, cenários de quebra de receita. Como já informado, o efeito da pandemia ainda é pequeno se considerado o impacto em receita e custos, não trazendo variações significativas quando se leva em consideração o caixa acumulado.

Visando o aumento da liquidez durante o período de incerteza, nos primeiros meses da pandemia, a partir de março de 2020, a Companhia adotou as seguintes ações:

- Adesão à suspensão temporária de amortizações do empréstimo contratado junto ao BNDES (stand still), pelo prazo de seis meses com o diferimento no restante do contrato;
- Postergação do recolhimento, da Contribuição Previdenciária e do seguro contra acidentes relativos às competências março e abril para os meses de agosto e outubro de 2020;
- Postergação do recolhimento do FGTS, referente às competências de abril e maio, que deverão ser pagos a partir de julho e poderão ser parcelados em até seis vezes, de julho até dezembro de 2020;
- Redução das alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos (sistema S) no período compreendido entre abril e junho de 2020.

iv) *Impacto nas demonstrações financeiras*

A Companhia entende que não existe risco relevante de inadimplência de seus clientes, considerando o quanto verificado nos últimos meses, além de seu faturamento ser pulverizado e haver garantia que cobre as obrigações e pode ser acionada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Na data de publicação das Demonstrações Financeiras não havia variação significativa no índice de inadimplência e esta se relacionava principalmente a clientes que discutem a exigibilidade de pagamento perante o ONS ou reestruturaram suas dívidas judicialmente. Desta forma, não foi considerado nenhum valor para PCLD ou a possibilidade de redução no valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*), tendo ainda em vista o êxito das

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

medidas implementadas pela ANEEL para contenção dos impactos da crise econômica sobre o setor elétrico.

1. Contexto operacional--Continuação

d) Efeitos da pandemia de Covid-19 causada pelo Coronavírus (SARS-COV-2)--Continuação

iv) *Impacto nas demonstrações financeiras*--Continuação

medidas implementadas pela ANEEL para contenção dos impactos da crise econômica sobre o setor elétrico.

Ressalta-se ainda que, até o momento, não houve necessidade de a Companhia realizar a revisão do seu planejamento estratégico, pois as projeções de caixa têm se confirmado conforme cenários otimistas. As rupturas das cadeiras de fornecimento não afetaram os negócios da Companhia uma vez que os contratos e ordens de compra estratégicos estavam fechados antes do início da pandemia e as atividades transcorrem normalmente.

2. Base de preparação

As Demonstrações financeiras do exercício de 2021 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo o Pronunciamento Contábil CPC 21 (R1) - Demonstrações Intermediárias, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

A emissão das Demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 25 de fevereiro de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas Demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Ativo de Contrato e remuneração do Ativo de Contrato

A Companhia mensura o Ativo de Contrato no início da concessão ao valor justo e posteriormente o mantém ao custo amortizado. No início da concessão, a Taxa de Remuneração do Ativo de Contrato ("Taxa de Remuneração") é estimada pela Companhia por meio de avaliações financeiras, utilizando-se de componentes internos e externos de mercado.

O saldo do Ativo de Contrato reflete o valor do fluxo de caixa futuro esperado descontado pela Taxa de Remuneração. O fluxo de caixa é impactado pelas estimativas da Companhia na determinação da Taxa de Remuneração, que deve remunerar o investimento na construção da infraestrutura. Além disso, o fluxo de caixa considera a indenização que se espera receber do Poder Concedente ao final da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

A Companhia utiliza os seus resultados históricos e se necessário, busca dados de referência de suas acionistas, para determinação de suas estimativas, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as especificidades de cada leilão.

b) Receita de Operação e Manutenção do Ativo de Contrato

As receitas oriundas dos serviços de Operação e Manutenção ("O&M") são determinadas com base nos valores estimados pela Administração para fazer face aos custos de O&M e reconhecidos de forma linear a cada ciclo anual durante o prazo da concessão.

c) Margem, receita e custo de construção

A Companhia reconhece em suas Demonstrações Financeiras i margem de lucro sobre os valores registrados a título de custo de construção da infraestrutura de transmissão, com base em estimativas no início da concessão. A construção foi efetuada por terceiros, tendo em vista a natureza principal da companhia ser de uma concessionária de transmissão de energia elétrica.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

4. Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

d) Avaliação de instrumentos financeiros

A nota explicativa nº 24 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

e) Impostos, contribuições e tributos

Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos, bem como ao valor e momento de resultados tributáveis esperados. Em virtude da natureza de longo prazo, a Companhia adota premissas para estimar os valores devidos de impostos. Diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas.

Questionamentos por autoridades fiscais podem surgir em uma variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes nas jurisdições onde a Companhia atua. A Companhia constitui provisões, na medida em que julga necessário e com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte de autoridades fiscais das jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência em auditorias fiscais anteriores.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados na Nota Explicativa nº 16.

5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

6. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as principais políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas Demonstrações financeiras.

6.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

6.2. Ativo de contrato

De acordo com o CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As adições decorrentes da infraestrutura de transmissão são registradas como Ativo de Contrato.

6.3. Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irre recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

6.4. Outros ativos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

6. Principais políticas contábeis--Continuação

6.5. Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida, quando aplicável, no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e/ou variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

6.6. Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendo. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete à Assembleia de Acionistas deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos intermediários.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no Patrimônio Líquido.

6.7. Receita e custo de construção

Devido à atividade da Companhia sua contabilidade é abrangida pelo escopo do CPC 47. A receita de construção é mensurada com base nos seus valores justos e reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão da obra, considerando os custos de construção acrescidos da margem de lucro. Os custos de desenvolvimento da infraestrutura são reconhecidos à medida que são incorridos (vide Nota 4.c).

6.8. Receita de remuneração do ativo de contrato

Refere-se à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura para transmissão de energia elétrica e é calculada com base na aplicação da Taxa de Remuneração do Ativo de Contrato, que desconta os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento (contrato de concessão) sobre o valor do investimento (vide Nota 4.a).

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

6. Principais políticas contábeis--Continuação

6.9. Receita de operação e manutenção

As receitas oriundas dos serviços de Operação Manutenção ("O&M") são determinadas com base nos valores estimados pela Administração para fazer face aos custos de O&M e reconhecidos de forma linear a cada ciclo anual durante o prazo da concessão (vide Nota 4.b).

6.10. Receita de juros sobre aplicações financeiras

A receita de juros é reconhecida no resultado com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. Despesas de juros de empréstimos e debêntures são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

6.11. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Em setembro de 2019, por meio do Ato Declaratório Executivo nº103, a RFB, por intermédio de sua delegacia no Rio de Janeiro, reconheceu o direito à redução do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis (calculados com base no lucro da exploração) a favor da Matrinchã nos termos do Laudo Constitutivo nº 270/2018 de 31 de dezembro de 2018 da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Desde então o IRPF apurado, com base no lucro da exploração, é reduzido em 75% com destinação dessa parcela à reserva de capital.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

6. Principais políticas contábeis—Continuação

6.11. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

6.11.1. Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar calculado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial, como ativo ou passivo fiscal, pelo valor apurado com base nos registros contábeis e no reconhecimento das receitas. Ele é mensurado com base nas alíquotas de impostos vigentes na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados de acordo com as premissas informadas em legislação pertinente a cada imposto.

6.11.2. Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de Demonstrações Financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera liquidar seus passivos.

6.12. Encargos regulatórios

A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Programa de Integração Social (PIS) a alíquota de 9,25%;

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

6. Principais políticas contábeis--Continuação

6.12. Encargos regulatórios--Continuação

- Reserva Global de Reversão (RGR) quotas anuais definidas com base em 2,5% do investimento “pro rata tempore”, observado o limite de 3,0% das receitas da concessionária. É usada para financiar a reversão, encampação, expansão e melhoria do serviço público de energia elétrica, para financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, para estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei nº 12.431, de 2011, a vigência deste encargo, cuja extinção estava prevista para o final do exercício de 2010, foi prorrogada até 2035;
- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL;
- As concessionárias e permissionárias de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o dispositivo no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 9.991/00 e Resolução Normativa ANEEL nº 504/12.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

6.13. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos e passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e, outros passivos financeiros.

a) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo ou passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

6. Principais políticas contábeis--Continuação

6.13. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento--Continuação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, quando aplicável, são reconhecidos no resultado do exercício.

c) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

6. Principais políticas contábeis—Continuação

6.14. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Matrincha, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

CPC 50 - Contratos de seguro

O CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro, é uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, o CPC 50 substituiu o CPC 11. O CPC 50 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral do CPC 50 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras.

O CPC 50 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos.. Essa norma não se aplica à Companhia.

Alterações ao CPC 26: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;

6.Principais políticas contábeis—Continuação

6.14. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação

Alterações ao CPC 26: Classificação de passivos como circulante ou não circulante-- Continuação

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Alterações ao CPC 23: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Matrinchã .

Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas

6. Principais políticas contábeis--Continuação

6.14. Normas emitidas, mas ainda não vigentes—Continuação

contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

As alterações são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

7. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e bancos conta movimento	9.322	8.689
Aplicação financeira - CDB Banco Itaú	3	19
Aplicação financeira - CDB Banco Bradesco	58.047	5.900
Aplicação financeira - CDB Banco ABC	6.266	6.851
Aplicação financeira - CDB Banco Paraná	22.708	21.848
	<u>96.346</u>	<u>43.307</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2021 as aplicações financeiras referentes a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) foram remuneradas à taxa média de 102,15% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) enquanto em 31 de dezembro de 2020 as aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 102,77% do CDI.

8. Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Vencidos acima de 120 dias	665	702
Vencidos de 61 a 120 dias	4	25
Vencidos até 60 dias	30	22
A vencer	23.632	23.498
	<u>24.331</u>	<u>24.247</u>

Os faturamentos mensais são efetuados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com três vencimentos, nos dias 15 e 25 do mês subsequente e 05 do mês posterior a este.

A administração entende que não é necessária a contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da fiança bancária fornecida pelos usuários do Sistema de Transmissão no âmbito do Contrato de Utilização do Sistema de Transmissão (CUST). Cabe esclarecer que os débitos contabilizados vencidos acima de 120 dias têm sua exigibilidade suspensa por decisão judicial enquanto os usuários discutem sua aplicabilidade com o ONS.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

9. Ativo de contrato

A seguir é apresentada a composição do Ativo de Contrato da Companhia:

Ativo de contrato	31/12/2021	31/12/2020
Serviços de construção	3.564.171	3.370.426
Amortização do ativo de contrato	(756.708)	(590.724)
Total líquido	2.807.463	2.779.702
Circulante	196.659	165.984
Não circulante	2.610.804	2.613.718
Total	2.807.463	2.779.702

10. Caixa Restrito

O saldo representa o valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das Debêntures, constituídas em garantia ao Contrato de Financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e à Escritura da Segunda Emissão de Debentures da Companhia (vide notas 13 e 14). O mecanismo de preenchimento destas contas reservas segue estritamente as condições previstas nos instrumentos contratuais, sendo ajustado periodicamente conforme apuração realizada pelo banco administrador e pelos financiadores. A totalidade do saldo está aplicada em CDB ou em fundos de investimento lastreado em títulos públicos federais, conforme previsão contratual.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apurou ICSD de 1,4, superando o ICSD mínimo de 1,2, além de estar cumprindo integralmente as demais obrigações previstas no Contrato de Financiamento do BNDES e nas Escrituras de sua Segunda e Terceira Emissão de Debêntures.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo do Caixa Restrito está composto conforme se segue:

	31/12/2021	Movimentação	31/12/2020
Conta pagamento debêntures	3.986	1.094	2.892
Reserva BNDES	22.821	29	22.792
Reserva de debêntures	21.148	3.783	17.365
	47.955	4.906	43.049
		31/12/2021	31/12/2020
Circulante	3.986		2.892
Não circulante	43.969		40.157
	47.955		43.049

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

11. Almoxarifado operacional

	31/12/2021	Movimentação	31/12/2020
Almoxarifado de Manutenção e Operação	25.938	8.182	17.756
Transformação, Fabricação e Reparos de Materiais	-	(6.688)	6.688
	25.938	1.494	24.444

12. Impostos e contribuições sociais retidos

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda retido na fonte	569	52
Contribuição social	277	287
Pis/Cofins/CSLL	108	86
Pis/Pasep	367	354
Cofins	1.701	1.632
ICMS	6	-
INSS retido a recolher	414	185
ISS	215	185
	3.657	2.781

13. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2020	Captação	Juros apropriados	Amortização de juros	Amortização de principal	Custo de transação a amortizar	31/12/2021
BNDES Subcrédito A	443.560	-	27.657	(27.679)	(52.551)	-	390.987
BNDES Subcrédito B	20.486	-	591	(603)	(7.013)	-	13.461
BNDES Subcrédito C	-	1.920	51	(25)	(63)	-	1.883
Custo de transação	(482)	(355)	-	-	-	57	(780)
	463.564	1.565	28.299	(28.307)	(59.627)	57	405.551

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	62.087	59.626
Não circulante	343.464	403.938
	405.551	463.564

Em 27 de dezembro de 2013, foi assinado Contrato de Financiamento com o BNDES, no valor total de R\$ 691.440. Os recursos destinados a este investimento foram postos à disposição da SPE, sob a forma de três subcréditos:

- Subcrédito 'A' - R\$ 614.165, com juros de 1,97% a.a. limitado a 6% da Taxa de Juros de Longo

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Prazo (TJLP) divulgada pelo Banco Central do Brasil, a título de remuneração. O objetivo deste subcrédito é financiar as obras civis e demais itens financiáveis necessários à implantação do projeto. O principal desta dívida é pago ao BNDES em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de junho de 2015 e a última em 15 de maio de 2029. Deste subcrédito, foi desembolsado o total de R\$ 614.615.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

- Subcrédito 'B' - R\$ 73.835, com juros à taxa fixa de 3,5% a.a., a título de remuneração. Este subcrédito é destinado à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais necessários para a implantação do projeto. O principal desta dívida é pago ao BNDES em 102 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de junho de 2015 e a última em 15 de novembro de 2023. Deste subcrédito, foi desembolsado o total de R\$ 58.133.
- Subcrédito 'C' - R\$ 3.440, com TJLP, limitada à 6% a.a.. Este subcrédito é destinado a investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental. O principal desta dívida é pago ao BNDES em 161 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de agosto de 2021 e a última em 15 de janeiro de 2035. Deste subcrédito, foi desembolsado o total de R\$ 1.941.

Como garantia do financiamento, a Companhia assinou o contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, cedendo os direitos relacionados ao Contrato de Concessão.

Suspensão dos pagamentos do BNDES (Standstill)

Em 05/05/2020 o BNDES autorizou a suspensão temporária de pagamentos de principal e juros compensatórios referentes ao subcrédito "A" do Contrato de Financiamento firmado pela Companhia. A suspensão se deu de 15.05.2020 até 15.10.2020, com capitalização das parcelas suspensas ao saldo devedor, sem alteração do termo final do prazo de amortização da dívida nem da taxa de juros do Contrato.

Em 31 de dezembro de 2021, o cronograma de vencimento dos empréstimos está detalhado a seguir:

	2022	2023	2024	Acima de 2024	Total
BNDES Subcrédito A	54.933	54.933	54.933	226.188	390.987
BNDES Subcrédito B	7.053	6.408	-	-	13.461
BNDES Subcrédito C	157	157	157	1.412	1.883
Custo de transação	(56)	(56)	(56)	(612)	(780)
Total	62.087	61.442	55.034	226.988	405.551

Cláusulas restritivas (covenants)

Conforme contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia deve apresentar anualmente Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a 1,2 e Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20%. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apurou ICSD de 1,4, superando o ICSD mínimo de 1,2, além de estar cumprindo integralmente as demais obrigações previstas no Contrato de Financiamento do BNDES e nas Escrituras de sua Segunda e Terceira Emissão de Debêntures.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Cláusulas restritivas (covenants)--Continuação

Principais cláusulas restritivas do BNDES

Manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente e demais órgãos fiscalizadores de aspectos socioambientais, durante o período de vigência deste Contrato;

Informar ao BNDES sobre a existência de qualquer ação ou decisão judicial, processo, procedimento ou decisão administrativa relacionada ao projeto, especialmente quanto aos aspectos ambientais e/ou sociais, no prazo de 3 dias úteis a contar da data em que a beneficiária teve conhecimento da existência de tal ação ou decisão judicial, processo, procedimento ou decisão administrativa; e

Adotar, durante o período de vigência deste Contrato, as medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo projeto de que trata a Cláusula Primeira (Natureza, Valor e Finalidade do Contrato).

14. Debêntures

Além do contrato de financiamento com BNDES, em 15/06/2016 e 08/06/2021, a Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única para distribuição pública com esforços restritos, conforme ICVM 476. As emissões ocorreram nos termos da Lei 12.431/11, conforme alterada, tendo em vista o enquadramento do Projeto pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

As debêntures possuem as seguintes características:

- Oferta: 2ª Emissão de Debêntures, não conversíveis em ações via ICVM nº 476/09 (Lei 12.431/11);
- Código do ativo registrado na CETIP: TPNO12;
- Valor nominal unitário: R\$1.000 (um mil reais) na data da emissão;
- Data de distribuição: 15/05/2016;
- Pagamento: Semestral, sendo a 1ª amortização em 15/06/2019;
- Data de vencimento: 15/06/2029;

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

14. Debêntures--Continuação

- Quantidades de debêntures emitidas: 180.000;
- Tipo de Remuneração: IPCA;
- Taxa de Juros/Spread: 7,58% a.a.;
- Garantias compartilhadas com o BNDES;
- Oferta: 3ª Emissão de Debêntures, não conversíveis em ações via ICVM nº 476/09 (Lei 12.431/11);
- Código do ativo registrado na CETIP: TPNO13;
- Valor nominal unitário: R\$1.000 (um mil reais) na data da emissão;
- Data de distribuição:08/06/2021;
- Pagamento: Semestral, sendo a 1ª amortização em 15/12/2021;
- Data de vencimento: 15/12/2038;
- Quantidades de debêntures emitidas: 135.000;
- Tipo de Remuneração: IPCA;
- Taxa de Juros/Spread: 4,9335% a.a.;
- Sem Garantias. Quando ocorrer a exoneração das Garantias Reais pelo BNDES e pelos debenturistas da 2ª emissão, a Companhia deverá constituir a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e a Alienação Fiduciária de Ações em favor dos debenturistas, ou, a seu critério, notificar o Agente Fiduciário para que a taxa de juros seja incrementada em 0,3%.

A seguir é apresentada a movimentação das debêntures:

	31/12/2020	Contratação	Juros apropriados	Amortização de juros	Amortização de principal	Custo de transação a amortizar	30/09/2021
Debêntures	236.664	135.000	54.968	(21.948)	(19.244)	-	385.440
Custo de transação	(7.674)	(7.114)	-	-	-	1.134	(13.654)
	<u>228.990</u>	<u>127.886</u>	<u>54.968</u>	<u>(21.948)</u>	<u>(19.244)</u>	<u>1.134</u>	<u>371.786</u>

As debêntures estão segregadas conforme abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	29.725	20.515
Não circulante	342.061	208.475
	<u>371.786</u>	<u>228.990</u>

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

14. Debêntures--Continuação

Em 31 de dezembro de 2021, o cronograma de vencimento das debêntures está detalhado a seguir:

	2022	2023	2024	Após 2024	Total
Debêntures	29.725	32.863	37.528	271.670	371.786
	<u>29.725</u>	<u>32.863</u>	<u>37.528</u>	<u>271.670</u>	<u>371.786</u>

As debêntures possuem cláusulas restritivas "covenants" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida de no mínimo 1,2 e Índice de Capital Próprio igual ou superior a 30% durante a sua vigência. Em 31 de dezembro de 2021, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nas Escrituras da Segunda e Terceira Emissões de Debêntures foram cumpridas pela Companhia.

15. Provisão para contingências e passivo contingente

A Companhia, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis.

As provisões realizadas são relacionadas a: (i) Causas trabalhistas, que são referentes a ações movidas por ex-empregados de empreiteiros e empresas terceirizadas (pleiteando a responsabilidade subsidiária da companhia), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras; (ii) Ação Indenizatória para constituição de Servidão Administrativa, que ocorre quando há divergência entre o valor avaliado pela Companhia para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (espólios com inventários em andamento, propriedades sem matrículas, entre outras).

As contingências provisionadas estão classificadas conforme a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas	862	796
Tributário	-	100
Civil	827	1.066
	<u>1.689</u>	<u>1.962</u>

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

15. Provisão para contingências e passivo contingente--Continuação

As contingências com prognóstico de perda possível estão classificadas conforme abaixo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Trabalhistas	45	462
Tributário	29.295	48.042
Civil	7.790	8.496
	<u>37.130</u>	<u>57.000</u>

- (a) A totalidade dos processos judiciais cíveis classificadas como possíveis se refere a ações movidas pela Companhia contra proprietários de terras para a constituição de servidão necessária para a passagem da linha de transmissão. Parte dos valores em discussão já conta com depósito judicial conforme avaliação feita por perito na época da entrada do pedido para a constituição da servidão.
- (b) Os processos fiscais considerados como perda possível estão em fase inicial, em sua maioria são processos administrativos iniciados pelo Estado de Mato Grosso, objetivando questionar o recolhimento de ICMS-Difal, ou pelos Municípios da região, que discutem os recolhimentos de ISS retido dos fornecedores.

Adicionalmente ao exposto acima, cabe ressaltar que a Companhia é parte em arbitragens. A perda é classificada como possível. Desta maneira, a Companhia ainda não considera qualquer montante para estes casos nos valores classificados como perda possível.

16. Imposto de renda e contribuição correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados respectivamente com base no Lucro/Prejuízo Fiscal e Base Negativa. A Companhia usufrui de benefício fiscal concedido pela SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) para a redução do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração (vide Nota 6.11). Foram apurados considerando a avaliação feita pela administração com base nos fluxos de caixa futuros e testes de recuperabilidade dos investimentos que indicaram que a Companhia terá rentabilidade para compensar os prejuízos fiscais acumulados.

O valor do passivo diferido refere-se a diferenças temporárias apuradas com base na remuneração do ativo de contrato.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

16. Imposto de renda e contribuição correntes e diferidos--Continuação

Ativo diferido

Descrição	Base de cálculo	IR - 25%	CSLL - 9%	Total
Saldo em 31/12/2020	101.708	28.596	8.013	36.609
Adições 2021	-	-	-	-
Compensações 2021	(14.249)	(3.562)	(1.282)	(4.844)
Saldo em 31/12/2021	87.459	25.034	6.731	31.765

Passivo diferido

Descrição	Base de cálculo	IR - 25%	CSLL - 9%	Total
Saldo em 31/12/2020	827.489	206.872	74.474	281.346
Adições 2021	220.199	55.026	19.818	74.844
Amortização	(127.972)	(31.969)	(11.517)	(43.486)
Saldo em 31/12/2021	919.716	229.929	82.775	312.704
Líquido em 31/12/2021	832.257	204.895	76.044	280.939
Líquido em 31/12/2020	725.781	178.276	66.461	244.737

Passivo corrente

Descrição	Base de cálculo	IR - 25%	CSLL - 9%	Total
Saldo em 31/12/2020	-	-	259	259
Adições 2021	47.496	11.850	4.275	16.125
Compensações 2021	(14.249)	(3.562)	(1.282)	(4.844)
IRPJ/CSLL pagos por estimativa	-	-	(259)	(259)
Benefício fiscal - SUDAM	-	(8.288)	-	(8.289)
Saldo em 31/12/2021	-	-	2.993	2.992

Resultado

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda diferido passivo	(23.057)	(36.203)
Incentivo SUDAM	8.288	9.233
Imposto de renda corrente	(11.850)	(10.700)
	(26.619)	(37.670)
Contribuição social diferido passivo	(8.300)	(12.989)
Contribuição social corrente	(4.275)	(3.332)
	(12.575)	(16.321)
	(39.194)	(53.991)

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social da Companhia é de R\$ 1.508.073, dividido em 1.508.073 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada, pela State Grid Brazil Holding S.A. e COPEL Geração e Transmissão S.A., na proporção de 51% e 49%, respectivamente.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	31/12/2021	31/12/2020	%
State Grid Brazil Holding S.A.	769.117	769.117	51,0%
Copel Geração e Transmissão S.A.	738.956	738.956	49,0%
	1.508.073	1.508.073	100%

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

c) Reserva de incentivos fiscais

A Companhia reconheceu Reserva de Capital para a contabilização de incentivos fiscais pelo direito à redução de 75% do imposto de renda e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao empreendimento situado na área de atuação da SUDAM, de titularidade da Companhia.

O benefício, aprovado em setembro de 2019, por meio do Ato Declaratório Executivo nº 103 da RFB, por intermédio de sua delegacia no Rio de Janeiro, nos termos do Laudo Constitutivo nº 270/2018 de 31 de dezembro de 2018 da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), tem prazo de vigência de 10 anos, sendo seu período de fruição a partir de 2018 com término em 2027.

d) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

17. Patrimônio líquido--Continuação

d) Dividendos--Continuação

Em dezembro de 2020, seguindo o disposto no parágrafo 3º do artigo 40 do estatuto social da Companhia, a Administração considerou prescritos os dividendos não reclamados nos três anos anteriores, incorporando-os à reserva de lucros retidos. Em 30 de abril de 2021 os acionistas, reunidos em Assembléia Geral, rejeitaram a prescrição de dividendos proposta pela Administração e determinaram a reversão dos valores correspondentes a rubrica de dividendos a pagar. A Companhia reverteu o lançamento desses dividendos na demonstração das mutações do patrimônio líquido referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

Em 16 de julho de 2021, a Companhia pagou o valor de R\$ 64.032, referente à distribuição de dividendos mínimos obrigatórios dos exercícios de 2017 a 2020.

Em 10 de novembro de 2021, a Companhia pagou o valor de R\$ 25.184, referente à distribuição remanescente de dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2020.

e) Reserva de retenção de lucros

A Companhia destinou para a conta de Reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes após o cálculo da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios.

18. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita de Construção (a)	-	174.969
Remuneração dos ativos de contrato	191.835	183.737
Receita de Operação e Manutenção	82.721	71.268
Receita operacional bruta	274.556	429.974
Deduções da receita operacional		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(2.251)	(2.055)
Reserva global de reversão – RGR	(6.007)	(7.802)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica – TFSEE	(857)	(755)
Pis	(4.215)	(3.773)
Cofins	(19.415)	(17.380)
Total receita operacional líquida	241.811	398.209

(a) Em 2020 houve um aumento significativo na receita de construção em virtude da construção do ramal Novo Sinop, cujo investimento foi completamente concluído e teve sua entrada em operação comercial definitiva em setembro de 2020 (vide Nota 1.a).

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

19. Custo de construção

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Edificações e obras civis	-	(89.571)
Máquinas e equipamentos	-	(20.688)
Serviços de terceiros	-	(1.560)
Adiantamentos a fornecedores	-	(29.529)
Outros	-	(243)
Total	<u>-</u>	<u>(141.591)</u>

A variação do custo de construção ocorre devido ao término das obras de implantação do Novo Ramal Sinop II ainda em 2020.

20. Custo de operação e manutenção

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Pessoal	(7.799)	(6.028)
Materiais	(1.304)	(339)
Serviços de terceiros	(12.812)	(11.258)
Arrendamentos e aluguéis	(1.317)	(48)
Seguros	(909)	(1.643)
Doações, contribuições e subvenções	(9)	32
Tributos	(496)	-
Provisão para litígios	-	(1.168)
Recuperação de despesas	2.990	-
Total	<u>(21.656)</u>	<u>(20.452)</u>

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

21. Despesas administrativas

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Pessoal	(2.789)	(3.792)
Materiais	(2)	(110)
Serviços de terceiros	(2.509)	(4.402)
Arrendamentos e aluguéis	(696)	(716)
Seguros	(315)	-
Doações, contribuições e subvenções	(5)	(41)
Contingência	245	-
Tributos	(234)	(14)
Depreciação	(251)	(132)
Outras receitas	1.706	1.575
Recuperação de despesas	2.166	(13)
Total	(2.684)	(7.645)

22. Receitas (despesas) financeiras

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras (a)	6.132	2.524
Variações monetárias ativas	-	817
Juros sobre recebimentos	196	19
Outras receitas financeiras	19	-
Pis sobre receitas financeiras	(41)	(25)
Cofins sobre receitas financeiras	(254)	(155)
	6.052	3.180
Despesas financeiras		
Variações monetárias passivas	(66)	(67)
Juros e multas	(4.361)	(14.296)
Juros sobre empréstimos e debêntures	(83.268)	(58.624)
Despesas com empréstimos e debêntures	(1.192)	(1.357)
Outras despesas financeiras	(445)	-
	(89.332)	(74.344)
Total	(83.280)	(71.164)

(a) A receita financeira foi positivamente afetada pelo aumento das taxas de juros e maior disponibilidade de caixa, enquanto a despesa financeira foi igualmente afetada pelo aumento das taxas de juros e do nível de endividamento, considerando a terceira emissão de debêntures ocorrida em junho de 2021.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

23. Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos visa identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir as estratégias de controle e as ações para mitigação dos riscos e subsequentemente para monitorar esses riscos.

A Administração define o apetite para riscos em contextos e situações específicas e acompanha o cumprimento do plano de gerenciamento de riscos, revisando sua estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito também com base nas políticas dos acionistas da Companhia.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados e as estratégias de gerenciamento adotadas.

a) Riscos de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

As operações que sujeitam a companhia ao risco de crédito decorrem principalmente de caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito a clientes, conforme apresentado a seguir:

<u>Ativos financeiros</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e equivalentes de caixa	96.346	43.307
Contas a receber	24.331	24.247
Caixa restrito	47.955	43.049
	168.632	110.603

- Caixa e equivalentes de caixa: representado pelo valor mantido em contas bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata. A política de abertura de contas bancárias e aplicações financeiras restringe o relacionamento com instituições bancárias com rating mínimo de AA+. As aplicações devem ser feitas predominantemente em CDB.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

23. Gestão de riscos--Continuação

a) Riscos de crédito--Continuação

- Contas a receber: a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando o baixo risco de inadimplência de seus clientes. O Contrato de Uso do Sistema de Transmissão ("CUST"), celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Carta de Fiança Bancária - CFB e ii) Contrato de Constituição de Garantia - CCG.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.
- No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário - CFB.
- Caixa restrito: representado pelo valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das debêntures, apresentada em garantia ao contrato de financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e conforme previsto na Escritura de Segunda Emissão de Debentures da Companhia.

b) Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros e índices de preços. A Companhia não enxerga necessidade em fazer hedge para se proteger desses riscos, tendo em vista que na fase atual de Operação e Manutenção não há exposição a variações de preços de *commodities* e seus contratos têm índice de reajuste em linha com reajuste da receita. Porém esses riscos são monitorados periodicamente pela Administração. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou em quaisquer outros ativos de riscos.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

23. Gestão de riscos--Continuação

b) Risco de mercado--Continuação

- Risco de taxa de juros: refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia é:

<u>Instrumentos financeiros por indexador</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Aplicações financeiras (títulos e valores mobiliários)		
CDB-DI	87.024	34.618

Dessa forma, eventual desvalorização nas taxas de juros poderá impactar negativamente o resultado da Companhia.

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras

A Companhia está exposta ao risco de variação das taxas de juros dos instrumentos financeiros em aberto ao fim do período deste relatório. Para elaboração da análise de sensibilidade, considera-se a curva histórica dos índices econômicos, bem como projeções divulgadas por entes com reconhecimento de mercado.

Para aplicações financeiras, a política de investimentos da companhia restringe-se a instrumentos de renda fixa, estando sua exposição atrelada principalmente ao risco de variação do CDI, porém somente em relação aos ganhos financeiros, não havendo impacto nas contas de ativo.

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - financiamentos

Com relação aos empréstimos e financiamentos, a exposição da companhia está relacionada à variação da TJLP, indexador do Contrato de Financiamento com o BNDES, e ao IPCA, indexador das Emissões das Debêntures.

As projeções indicativas para a variação da TJLP nos próximos meses não trazem alterações materialmente relevantes para o total de despesas financeiras da companhia no próximo período.

As variações do IPCA são capturadas no reajuste anual da RAP, rebalanceando o fluxo de caixa da Companhia e por isso, eventual aumento na despesa financeira seria acompanhado em aumento da Receita de Serviços, ainda que em momentos diferentes.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

23. Gestão de riscos--Continuação

b) Risco de mercado--Continuação

- Risco de inflação - a receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

c) Riscos operacionais

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

- Risco técnico - a infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, eventos decorrentes de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, a Companhia pode ter seu caixa impactado pelos custos necessários para o reestabelecimento das instalações às condições de operação, ainda que não haja desconto da Parcela Variável de Disponibilidade (PVI), decorrente de eventuais indisponibilidades de suas Linhas de Transmissão. A Companhia mitiga o risco de perda de ativos mediante a contratação de cobertura securitária para a totalidade dos ativos de transmissão.
- Riscos regulatórios - a Companhia está sujeita a extensa e complexa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.
- Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura - caso a Companhia, por determinação regulatória, necessite expandir os seus negócios com a construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Ainda assim, qualquer novo investimento aprovado pelo Poder Concedente será remunerado por incremento da RAP.

O risco de atrasos na construção de novas instalações pode estar ligado ao fato de a Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso relevante nos resultados da Companhia. Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, a Companhia tem à disposição poucos fornecedores.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

23. Gestão de riscos--Continuação

c) Riscos operacionais--Continuação

- Risco de seguros - a Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil contra terceiros para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota critérios na contratação dos seguros com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, contratando cobertura para a totalidade de seu ativo e limitando os valores de indenização com base em estudos de perda máxima provável, resultando em elevados níveis de cobertura securitária.

23.1. Categorias de instrumentos financeiros

<u>Ativos financeiros</u>	<u>Categoria</u>
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado
Caixa restrito	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber	Valor justo por meio do resultado

<u>Passivos financeiros</u>	<u>Categoria</u>
Fornecedores	Outros passivos financeiros
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros
Debêntures	Outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

Classificações contábeis e valores justos

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- Caixa e equivalentes de caixa - contas correntes e aplicações financeiras conforme posição dos extratos bancários.
- Caixa restrito - representado pelo valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das Debêntures.
- Empréstimos e financiamentos - a Companhia considera que os valores justos para o financiamento do BNDES são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.
- Debêntures - a Companhia considera que os valores justos para as debêntures são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

23. Gestão de riscos--Continuação

23.1. Categorias de instrumentos financeiros--Continuação

Hierarquia do valor justo

- Nível 1 - preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - *inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).
- Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pela Companhia a valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2. Não houve instrumentos financeiros alocados aos Níveis 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no período observado.

Gerenciamento do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do setor e do mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários.

24. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Na data de fechamento deste relatório, a cobertura de seguros era como abaixo:

Tipo de seguro	Vigência		Limite máximo de indenização	Apólice
	Início	Fim		
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	11/04/2021	11/04/2022	R\$20.000	1001000001540
Riscos Operacionais	12/04/2020	12/04/2022	R\$150.000	1009600000286
Responsabilidade Civil	12/04/2021	12/04/2022	R\$10.000	5100002417

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

25. Transações com partes relacionadas

a) Remuneração de Administradores

Até 31 de dezembro de 2021 o total destinado à remuneração dos Conselheiros e Administradores foi de R\$ 710 (R\$ 813 em 31 de dezembro de 2020).

b) Operações comerciais

Partes relacionadas	Natureza contábil	Natureza da operação	31/12/2021	31/12/2020
Passivo				
Itumbiara Transmissora de Energia	Fornecedores	Custo de O&M	-	3.019
		Total	-	3.019
Partes relacionadas	Natureza contábil	Natureza da operação	31/12/2021	31/12/2020
Resultado (despesas)				
State Grid Brasil Holding - aluguel	Custos administrativos	Aluguel	696	552
Itumbiara Transmissora de Energia S.A.	Custo Operacional	Custo O&M	-	1.857
			696	2.271

26. Eventos subsequentes

No final de janeiro de 2022, a Companhia tomou ciência do ajuizamento de execução fiscal movida pelo Estado do Mato Grosso para cobrança de Diferencial de Alíquota (DIFAL) do ICMS, no montante de aproximadamente R\$ 390.000, relacionados a supostos fatos geradores ocorridos no período entre 2013 e 2015, durante a vigência de benefício fiscal regularmente concedido, que a isentava de tais recolhimentos. A questão foi recentemente judicializada, mas a Companhia possui elementos de provas contundentes capazes de demonstrar o equívoco perpetrado pela Fazenda Mato Grossense na questão em comento. Cabe esclarecer que a Companhia se valeu de um benefício fiscal regularmente concedido pelo Estado do Mato Grosso, o qual jamais fora cassado ou anulado, estando plenamente vigente até os dias atuais. Nesses termos, ainda que se admita a cobrança do crédito tributário decorrente do não reconhecimento do incentivo fiscal, deve-se aplicar o disposto no parágrafo único, do art. 100, do CTN, que prevê a necessidade de exclusão de multas, correção monetária e juros moratórios do débito fiscal. O montante principal é de R\$ 61.014.